

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.5 fevereiro/16



NOVOS CORPOS SOCIAIS
**Guido Teles
preside
à GRATER**

PÁGINA 7



DÉCIO SANTOS, AJITER
**Jovens
terceirenses
com garra**

PÁGINA 3

PÁGINA 4 DEFENDE LUÍS NETO VIVEIROS

**PRORURAL +
ABRE PORTAS
A NOVOS
INVESTIMENTOS
NOS AÇORES**





GUIDO TELES
Vice-presidente do Conselho
de Administração da GRATER

editorial

Novas Oportunidades para o Desenvolvimento Rural

Desde o passado dia 15 de dezembro a GRATER conta com uma nova composição dos seus órgãos sociais, a cujo Conselho de Administração tenho a honra de presidir. Com orgulho dos resultados que têm vindo a ser alcançados por esta Associação de Desenvolvimento Regional, a nova direção enfrenta os desafios presentes e futuros com o incomensurável empenho de quem pretende continuar a reforçar o desenvolvimento das ilhas Graciosa e Terceira.

Aquando da tomada de posse tive a oportunidade de transmitir aos associados o nosso compromisso de reforçar continuamente a nossa proximidade para com a comunidade do nosso território de intervenção. Com esse intuito, e numa primeira evidência desse desígnio, fizemos questão de realizar sessões de informação sobre o enquadramento dos programas de apoio geridos pela GRATER, integrados na abordagem LEADER, no âmbito da submedida 19.2 do Prorural +, começando na Graciosa no dia 12, continuando na Praia da Vitória no dia 13 e acabando em Angra do Heroísmo no dia 14, todos do mês de janeiro.

Estas sessões de informação fazem parte de uma estratégia mais abrangente de informação relativamente aos apoios ao desenvolvimento local que temos a responsabilidade de gerir. Está já disponível, por exemplo, na nossa página de internet (www.grater.pt) o manual de apoio ao beneficiário, documento que pretende orientar qualquer interessado na preparação da sua candidatura às cinco intervenções específicas que constam da nossa Estratégia de Desenvolvimento Local.

Todos os elementos escritos que temos colocado ao dispor dos interessados acrescem à disponibilidade do nosso corpo técnico para esclarecer quaisquer dúvidas que queiram colocar. Podem fazê-lo através do correio eletrónico e dos contactos telefónicos que encontram na ficha técnica deste suplemento ou através de contacto presencial, seja na nossa sede, seja no edifício dos Paços do Concelho de Santa Cruz da Graciosa, valência esta disponível devido à recente celebração de um Protocolo de Colaboração entre a GRATER e o Município daquele concelho.

Na presente edição do suplemento Olhar o Mundo Rural poderá conhecer melhor a nossa associada Associação Juvenil da Ilha Terceira – AJITER, numa entrevista ao seu Presidente, Décio Santos. Ficará, ainda, a conhecer dois projetos executados com apoio da GRATER. Um deles da Cooperativa Praia Cultural, que adquiriu equipamentos importantes para o prosseguimento das suas atividades e outro da Cáritas da Ilha Terceira, entidade que procedeu a obras de beneficiação da sua sede, garantindo, assim, melhores condições infraestruturais para a prática da sua atividade de apoio social.

Coincidindo com a abertura pela GRATER do primeiro período de candidaturas aos fundos abrangidos pela abordagem LEADER do Prorural + e na sequência da celebração no passado dia 7 de janeiro do protocolo de articulação funcional entre a nossa associação e a Autoridade de Gestão, contamos nesta edição com a entrevista do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente do Governo dos Açores, Luís Neto de Viveiros.



Curiosidades... ...do mundo rural

Antes da folia do Carnaval



Não são apenas as danças e os bailinhos que têm de preparar-se para subir ao palco nos dias do Carnaval. Nesta altura, os salões das Sociedades Recreativas e das Casas do Povo também se apertam para acolher quer os grupos, quer os entusiastas que todos os anos acorrem em massa para ver os atores e os músicos daquela que só pode ser uma das maiores manifestações de Entrudo do país. Não há, nas tarefas das direções desses lugares, um esforço menor. É um trabalho que tem custos e que só se concretiza quando a satisfação é geral.

Para que isso aconteça há que cativar, e o carisma dos salões tem de chegar a todos. Há bons exemplos desse encantamento que alguns espaços exercem sobre o público e sobre os grupos.

Parte do segredo está, claro, na localização, mas as direções das Sociedades e das Casas do Povo vão sempre mais longe. O conforto que oferecem a quem os visita, associado, por exemplo, às mesas de iguarias que disponibilizam às danças e aos bailinhos, são dois bons prenúncios de sucesso.

As mesas fazem-se de boa vontade. Aqui são os sócios ou os vizinhos mais generosos que ajudam a compor os pequenos banquetes de doces e salgados, onde não podem faltar as coisas típicas: os coscorões, as filhoses fritas e de forno, os arranhados, os caramelos e os licores.

Se é importante apostar na decoração carnavalesca dos lugares, conforme sublinham os organizadores, não menos importante será a retribuição, aos músicos e aos atores, com a oferta de pequenas lembranças, pelo trabalho que desempenham dias a fio, ainda antes dos dias de Entrudo. Importa, referem, que se sintam bem e que queiram voltar no ano seguinte.

Mas cabe, também, ao público a nobre empreitada de bem receber. Quanto mais próximos dos atores e dos músicos estiverem melhor; e quanto mais as peripécias os fizerem rir – ou chorar! – mais palmas lhe arrancam as danças e os bailinhos.

Este ano são cerca de 53 e começam a sair à rua amanhã. Nessa altura, já vai estar tudo a postos.



Décio Santos, presidente da AJITER

Jovens terceirenses são jovens de causas

A defesa de causas é, segundo Décio Santos, uma herança cultural a que os jovens terceirenses não são imunes. A AJITER, associação a que preside, nasceu, exatamente, para representar as vontades das camadas mais novas da sociedade, sendo que a sua missão tem vindo a focar-se, sobretudo, na formação juvenil e na cooperação internacional. O papel dos fundos comunitários nesse processo é, garante, fundamental.

A AJITER teve como objetivo de partida, em 2003, quando foi formada, o reforço do associativismo juvenil na ilha Terceira. Tratava-se, na altura, de uma lacuna? Os jovens estavam pouco mobilizados?

O conjunto de vontades e sinergias que haveria de culminar com a constituição formal da Associação Juvenil da Ilha Terceira – que um pouco mais tarde haveria de adquirir o acrónimo de “AJITER” - no ano referido, naturalmente, partiu de um diagnóstico de necessidades tendo como objeto a sociedade terceirense de então, particularmente, no que à juventude dizia respeito. De facto, identificámos a existência de uma lacuna a esse nível, ou seja, no que ao papel de uma instituição que se focasse nos interesses, necessidades e representação das franjas mais jovens da nossa sociedade dizia respeito, numa ótica de promoção da integração dos jovens, desenvolvimento local e aproveitamento de oportunidades externas.

E hoje, como avalia a mobilização da juventude açoriana? De que forma é que a AJITER pode ter contribuído para essa evolução?

Por incrível que pareça, desde então, arriscamos dizer que temos, hoje, uma juventude açoriana completamente diferente. Há, sem dúvida, inúmeros desafios que foram ganhos. Consideremos poder ter dado um contributo para isso, na medida, em que o nosso projeto institucional estimulou, também, o surgimento de vários outros como nós. O nosso contributo, associado a muitos outros contributos que possamos ter inspirado e muitos outros que, igualmente, nos inspiraram, seguramente, tem representado uma significativa mais-valia no desenvolvimento da sociedade açoriana.

Os jovens da Terceira são jovens de causas?

Sem dúvida alguma. Numa visão, quiçá, mais poética, poderemos dizer que os jovens terceirenses são “embarcados” por causas desde o berço. De facto, há uma profunda e muito antiga tradição a esse nível. É marco identitário do nosso povo o empenho dos nossos jovens nas mais diversas áreas que constituem a nossa herança cultural, basta olharmos à nossa volta, exemplos disso mesmo não faltam...

A AJITER tem apostado fortemente na formação juvenil, nomeadamente através de

ações que decorrem noutros países. Quais são os benefícios dessas experiências?

Os benefícios dessas experiências são vastos e profundamente significativos. Por um lado, podemos facilmente perceber os benefícios para o desenvolvimento pessoal e das competências de quem neles participa. Ora, essas novas aptidões pessoais e, de alguma forma, nova mentalidade aplicada ao serviço da nossa comunidade podem desempenhar um papel de relevo na conquista do futuro. Por outro lado, é sempre uma importante forma de promovermos fora de portas a nossa terra, promover a notoriedade dos Açores e, nesse sentido, a captação de diferentes fluxos turísticos.

Mas o inverso também acontece: a associação promove a vinda de jovens de outras nacionalidades à Terceira. Que contactos costumam resultar depois dessas deslocações?

Exatamente, essa é também uma dimensão à qual atribuímos muita importância. Desde logo, de forma mais simplista, porque nos trazem valor económico. Os projetos que cá trazemos favorecem a nossa hotelaria, restauração e comércio. É, também, uma forma de “conquistarmos”

com base na experiência novos “embaixadores” internacionais para as nossas ilhas mágicas.

Que projetos pretende a AJITER desenvolver num futuro próximo?

Iremos continuar, a breve trecho, a apostar na cooperação internacional, mantendo o trabalho que temos vindo a implementar e diversificando em matéria de estratégias de intervenção e objetivos. Pretendemos, também, manter projetos que temos vindo a implementar com alguma regularidade, continuando sempre a apostar na capacitação e inclusão de públicos que disso careçam. A breve trecho iremos divulgar em plataformas de comunicação como é exemplo o nosso site www.ajiter.pt as ações concretas.

E que importância atribuiu ao apoio comunitário no desenvolvimento da vossa missão?

O apoio comunitário, sem dúvida, tem tido uma profunda relevância no desenvolvimento da nossa missão, desde o início da nossa existência e de uma forma constante. Tentamos, diariamente, aproveitar cada vez mais as oportunidades que estão ao nosso alcance.



Luís Neto Viveiros, secretário regional da Agricultura e Ambiente

PRORURAL+ vai promover mais e novos investimentos

As expectativas sobre o novo regime de incentivos da Região são as melhores. O PRORURAL+, associado à dinâmica do setor agroflorestal, vai permitir mais e novos investimentos, acredita Luís Neto Viveiros, secretário regional da Agricultura e do Ambiente.



O mandato do XI Governo Regional segue, agora, para a sua reta final. No domínio do Ambiente e da Agricultura, quais têm sido, nestes últimos quatro anos, as grandes prioridades do Executivo?

Permita-me que comece por destacar a empenhada colaboração de toda uma equipa, constituída desde logo pelos diretores regionais mas, também, por todo um universo de técnicos e colaboradores que integram a Administração Regional e os organismos públicos, aos quais presto o meu reconhecimento pela competência e dedicação.

Respondendo mais concretamente à pergunta, a diversidade de áreas de competência não permite elencar todas as prioridades, ações e medidas mas, ao nível do Ambiente, destaco a atenção para com a gestão e qualidade dos recursos hídricos, designadamente o cuidado na implementação dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas, e a monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica, contribuindo também para a segurança de pessoas e bens. Na área da gestão e prevenção dos resíduos, relevo a conclusão dos sistemas de triagem e processamento previstos para a Região, bem como o início do processo de selagem de aterros e lixeiras no arquipélago.

Na Agricultura, a estratégia de desenvolvimento traduz-se na preocupação do Governo em dotar os setores agrícola, agroindustrial e florestal da nossa Região dos meios necessários ao incremento da modernização, da inovação, da competitividade e da comercialização. Constituiu-se, portanto, como prioritária a elaboração em estreita articulação com os nossos parceiros, do novo Programa de Desenvolvimento Rural (PRORURAL+), assim como a sua rápida operacionalização, obtendo-se importantes medidas de apoio para todo o setor.

Relevo ainda a revisão intercalar do POSEI e a manutenção do envelope financeiro associado como um objetivo conseguido e que é essencial ao desenvolvimento da Agricultura nos Açores.

E desafios?

Claramente os efeitos da crise global que afetou a Europa, o país e consequentemente os Açores, agravados no setor do leite pelas consequências do embargo russo aos produtos lácteos europeus e pela retração das importações por parte de mercados emergentes como a China e Angola. Neste quadro, constitui um de-

saífo acrescido assegurar soluções destinadas a resolver as dificuldades conjunturais sem se descurar a implementação de estratégias estruturais de desenvolvimento. Ou seja, os obstáculos do presente não podem colocar em risco a nossa atenção para com futuro, obrigando a um empenhamento redobrado.

O setor do leite é, de facto, um dos setores que mais têm estado debaixo de fogo. Como é que perspetiva o futuro desta área na Região, tendo em conta as dificuldades que enfrenta?

Reafirmo uma vez mais a convicção de que os Açores têm potencial para enfrentar mais este desafio, desde que toda a fileira cerre esforços em torno desse objetivo comum em que o Governo dos Açores se constitui como parte.

No entanto, não está tudo feito. Desenhamos, como já referi, as medidas do POSEI e do PRORURAL+ no sentido de apoiar o setor nesta nova fase e reforçamos o investimento em infraestruturas de apoio à agricultura para reduzir custos de exploração e aumentar a rentabilidade das explorações, por essa via, e pela valorização do leite que, se refrigerado, é mais bem pago pelas fábricas. E com o propósito de promover a consolidação do aumento da competitividade, inovação e rentabilidade alcançada nos últimos anos no setor agropecuário – desiderato que, reafirmo, não pode ser minimizado neste contexto de crise –, o Governo dos Açores determinou a implementação de um programa de reestruturação do setor leiteiro que permitirá a saída condigna da atividade a empresários agrícolas, incentivando simultaneamente o emparcelamento e rejuvenescimento das explorações.

Qual deve ser, no seu entender, a atuação da União Europeia na defesa do setor leiteiro? São necessárias medidas que protejam regiões com especificidades próprias, como é o caso dos Açores?

São. O Governo dos Açores defende medidas adicionais nesta fase de transição e instabilidade nos mercados internacionais mas, também – aliás cada vez mais Estados Membros assumem essa reivindicação –, a criação de mecanismos cautelares e de monitorização mais eficazes por parte de Bruxelas que contribuam para uma estabilidade duradoura.

Para apoiar os nossos produtores, criámos na Região soluções extraordinárias de apoio para esta situação excecional. Por exemplo, além do reforço do prémio ao produtor de leite previsto

no POSEI, foi criado um plano constituído por medidas como a AGROCRÉDITO – uma iniciativa que permite bonificar os juros de empréstimos e já em pleno vigor na Região, com o objetivo de fortalecer o fundo de maneo das explorações. E está a ser ultimado um novo programa que prevê a comparticipação dos encargos financeiros referentes a empréstimos destinados a fins agrícolas.

No entanto, este é um problema europeu, tem que ser resolvido a essa escala e sem se ignorar as especificidades das regiões.

Entretanto, e pela primeira vez, o LEADER vai abranger todas as freguesias dos Açores. Que vantagens advêm deste alargamento da iniciativa comunitária em causa?

A distinção entre o meio rural e urbano é esbatida nas nossas ilhas, portanto facultar o acesso de todas as freguesias aos apoios da Abordagem LEADER é da maior justiça. Recordo que no anterior Quadro Comunitário de Apoio, os principais domínios de intervenção dos projetos apoiados foram na criação e desenvolvimento de micro empresas, no turismo, na diversificação de atividades não agrícolas, na transformação e comercialização de produtos agrícolas, em serviços básicos para a população e em infraestruturas sociais e de saúde. Por aqui, facilmente se percebe a abrangência e importância da intervenção do LEADER no desenvolvimento harmonioso do território.

Como avalia a importância do PRORURAL+ no desenvolvimento rural da Região?

Trata-se, de facto, de um importantíssimo instrumento para o desenvolvimento sustentável do setor agroflorestal e que foi desenhado por forma a apoiar os nossos agricultores, indústria e comercialização a enfrentarem, com sucesso, os desafios atuais e futuros que são, especialmente, colocados aos Açores.

Associado à dinâmica que o setor revela, este atrativo regime de incentivos disponibilizado na Região promoverá, com certeza, mais e novos investimentos, nomeadamente na área da diversificação agrícola.

E que balanço faz da cooperação que é estabelecida com os Gabinetes de Ação Local?

Os Grupos de Ação Local (GRATER, ADELIAÇOR, ARDE e ASDEPR) têm-se constituído como parceiros de excelência para o sucesso da implementação da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais.

Praia da Vitória: equipamentos também melhoram a cultura

Inaugurado na Praia da Vitória a cinco de abril de 2003, o Auditório do Ramo Grande nasceu para receber e produzir cultura. Num concelho de gente ligada às artes, o espaço, gerido pela Cooperativa Praia Cultural, veio dignificar aquilo que de melhor se produz na terra, abrindo portas, também, àquilo que de melhor se produz lá fora.

Passados 13 anos, o Auditório do Ramo Grande continua a reinventar-se. E a aperfeiçoar-se. Isso mesmo, aliás, sublinha Tibério Dinis, presidente da Cooperativa Praia Cultural. Ao longo deste tempo, e para que a Cooperativa Praia Cultural pudesse manter a sua missão, foi e continua a ser necessário introduzir melhoramentos no espaço cultural de excelência do concelho. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a instalação recente do equipamento de projeção digital.

“Foi isso que permitiu trazer o cinema digital à Praia da Vitória”, sublinha o responsável, adiantando que, com essa opção, não só é possível garantir menores custos de manutenção, como também assegurar a visualização atempada dos filmes. Esperar pela película, em suporte físico, é, agora, uma coisa do passado. A par das melhorias no cinema, a Cooperativa

Praia Cultural decidiu, ainda, renovar os equipamentos do estúdio de gravação do Ramo Grande, que é, neste momento, a única infraestrutura pública de gravação profissional na ilha. “Conseguimos ter um estúdio adaptado às necessidades dos artistas locais. Agora é possível gravar músico por músico ou fazer a gravação geral”, explica o responsável.

O estúdio do auditório é, de facto, um espaço com procura, sobretudo por parte “dos agentes que têm um enfoque mais tradicional”, nomeadamente grupos de folclore e bandas filarmónicas, conforme afirma Tibério Dinis. O último trabalho gravado, ainda não lançado, foi o da Filarmónica da Fonte do Bastardo.

“Cada vez mais, e em virtude da qualidade dos artistas, mostra-se necessário registar o trabalho desses grupos que durante anos e anos não tiveram oportunidade de gravar – ou tinham de ir para o exterior, ou chamavam técnicos de outras paragens, o que significava, também, custos avultados. Atualmente, isso já é possível”, frisa o presidente da Cooperativa Praia Cultural.

Ambos os investimentos, que tiveram um custo de mais de 93 mil euros, foram apoiados pela GRATER, Associação de Desenvolvimento



Regional. Trata-se, conforme refere o responsável, de uma ajuda importante num concelho que quer promover os seus artistas, a inovação e a criatividade.

“Estamos a dar passos consolidados para que todos os agentes do concelho possam, também, ser mais criativos. E há nisto, ao mesmo tempo, uma vertente formativa e de atração de novos públicos, para novas vertentes artísticas. A companhia de dança da Academia de Juventude da Ilha Terceira é prova disso mesmo: se não fosse o papel da Cooperativa Praia Cultural, dificilmente teria surgido esse projeto”, conclui.

Cáritas cada vez mais próxima de quem precisa

“Sempre mais próximo do próximo” – o lema da Cáritas da ilha Terceira é para ser levado à letra. Anabela Borba, presidente do organismo, sublinha que todas as ações desenvolvidas pela instituição pretendem exatamente isso: estar com quem precisa, ajudar aqueles que têm maiores carências e formar crianças e jovens, dotando-as das ferramentas necessárias à sua autonomização.

Os números são reveladores dessa missão e empenhamento. Em 2015, a Cáritas da ilha Terceira, a sua unidade de atendimento social,

registou 2039 atendimentos – 241 casos novos –, tendo ajudado 867 famílias, distribuído 1409 cabazes alimentares e apoiado 23 crianças através do programa Prioridade às Crianças.

Muito desse trabalho desenvolve-se na sede da instituição, no antigo Lar Santa Maria Goretti, na Terra Chã, e foi por isso, aliás, que a Cáritas decidiu investir nas suas infraestruturas, capacitando-as de melhores condições quer para colaboradores, quer para utentes.

“Gostaria que a cara da Cáritas fosse o trabalho que desenvolvemos, mas é claro que é impor-

tante termos boas condições para o fazer”, sublinha Anabela Borba.

Assim, o organismo avançou, no ano passado, com obras de beneficiação no edifício, tendo, ainda, apostado nos espaços de apoio e formação, nomeadamente numa sala de informática, num investimento total de 199 mil euros participados a 100%, através da GRATER, pelo FEADER e pelo orçamento da Região Autónoma.

Tratava-se de prioridades, refere a responsável. Há outras, claro, sobretudo numa instituição que tem vindo a alargar a sua ação. Para Anabela Borba, não poderia ser de outra forma. “Para alguns, a Cáritas é, hoje, grande demais e difícil de gerir, mas no meu entendimento a Cáritas serve para servir as pessoas. Se fosse para termos uma instituiçãozinha só para pedidos não precisámos de uma Cáritas”, considera.

As áreas de influência da instituição não seriam tão alargadas – nem o sucesso da sua missão seria tão grande – sem as parcerias e colaborações estabelecidas entre com outros organismos, como as escolas públicas. Ainda assim, são as paróquias que assumem, hoje, uma importância fundamental na difusão do trabalho da Cáritas.

“Nós fazemos muito trabalho com as paróquias que já têm atendimento social, como é o caso de São Sebastião, Vila Nova e Porto Judeu”, afirma a presidente da Cáritas, sublinhando que essa rede é, também, um garante de proximidade. “Estamos firmemente apostados nesse objetivo”, sustenta Anabela Borba.



Empresários promovem diversificação da produção

O Talho Simão, na freguesia dos Biscoitos, o negócio de embalagem de cenouras de Filomena Sousa, em São Brás, e a Queijaria Teimoso, em Santa Cruz da Graciosa, foram as empresas que, em janeiro, receberam a visita do conselho de administração da GRATER. Os encontros com os empresários, sublinhou Osório Silva, agora vice-presidente do organismo, permitem dar a conhecer o seu trabalho e assim, também, potenciar a valorização daquilo que de melhor se faz nos Açores.

Para o responsável, aliás, o empenho e a dedicação dos empresários locais são os elementos-chave para a promoção da diversificação da produção, o que contribui para reforçar a posição da Terceira – e, conseqüentemente, dos Açores – nas vertentes económica e social. Para Osório Silva, o Talho Simão, de José Ribeiro – que emprega, hoje, dois trabalhadores – é um bom exemplo disso. O investimento, que foi subsidiado em 70%, consistiu na construção do talho, na aquisição de equipamento para o funcionamento e compra de material informático, e tem permitido promover a carne angus. “Sendo o proprietário produtor desta carne, este é um segmento de oferta diferente daquele que encontramos no nosso território de intervenção. Deste modo, pela sua excelente localização geográfica, é possível apoiar a zona norte da ilha Terceira, assim como corresponder às necessidades da comunidade local”, considerou Osório Silva.

O mesmo acontece, aliás, com a propriedade de Filomena Sousa que, desde 2000, se dedica à agricultura e produção animal combinadas, bem como à cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos. Foi essa experiência, aliada à disponibilidade de terrenos, que fez com que o empresário decidisse avançar com a produção de cenouras, tendo em vista os mercados regional e nacional. O objetivo será cumprido fazendo uso da máquina de lavagem e embalagem, adquirida com recurso aos fundos comunitários geridos pela GRATER.

“Gostaria de ressaltar a boa gestão dos fundos comunitários na potenciação e valorização da nossa produção. Com esta aquisição será possível colocar no mercado local, a partir do próximo ano, grandes quantidades de cenouras biológicas, contribuindo para o reforço da nossa economia”, afirmou Osório Silva.

Já na Graciosa, é Sandra Soares quem dirige um projeto considerado inovador. A Queijaria Teimoso, que produz uma gama de queijos com a marca da ilha e que permite a criação de dois postos de trabalho, foi apoiada pela GRATER na edificação da infraestrutura, na aquisição de equipamentos – nomeadamente das câmaras de cura e de uma viatura de frio.

“Os projetos inovadores que a GRATER tem vindo a aprovar e a acompanhar merecem todo o respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido em prol do crescimento das zonas rurais”, concluiu o agora vice-presidente do organismo.



Guido Teles preside à GRATER



A GRATER elegeu por unanimidade, no passado dia 15 de dezembro, os seus novos corpos sociais. A associação de desenvolvimento regional é, agora, presidida pelo Município de Angra do Heroísmo, representado por Guido Teles. “É uma honra assumir a presidência desta entidade, que muito contribui para o desenvolvimento das nossas zonas rurais”, afirmou o novo responsável, garantindo que vai continuar a ser objetivo do organismo o aprofundamento do conceito de proximidade junto da comunidade. Desta feita, a vice-presidência passa para o município da Praia da Vitória, representado

por Osório Silva, e para a Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira, cujo representante é Anselmo Pires.

O conselho de administração conta, ainda, com a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, representada por Carla Bretão Martins, no cargo de tesoureira; com a AJITER, representada por Décio Santos, como secretário; com a Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória, representada por Domingos Borges, como primeiro suplente, e João Cota, segundo suplente.

A assembleia-geral, por seu turno, é presidida pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Gra-

ciosa, representada por Manuel Avelar Santos, sendo vice-presidente a Associação de Agricultores da Graciosa, representada por João Picanço. George Ortins Lobão, da Associação de Jovens Agricultores Graciosenses, é secretário.

No conselho fiscal estão José Costa, presidente; Os Montanheiros, representados por Paulo Barcelos, vogal; freguesia da Ribeirinha, representada por António Parreira, vogal; freguesia de Santa Cruz, representada por Carlos Costa, primeiro suplente; e Gilberto Vieira, segundo suplente.

O ato eleitoral decorreu no auditório da Casa das Tias, na Praia da Vitória.

GRATER promove sessões de informação sobre o PRORURAL+

Nos passados dias 12, 13 e 14 de janeiro, a GRATER promoveu, na Graciosa e na Terceira, ações de informação sobre as intervenções a apoiar, segundo a sua Estratégia de Desenvolvimento Local, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio e, mais especificamente, no âmbito

do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores, o PRORURAL+.

Nas sessões, que decorreram no Multiusos da ilha Graciosa, na Câmara Municipal da Praia da Vitória e na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a GRATER deu a conhecer os

eixos principais da sua estratégia, bem como as intervenções que apoia. Em cima da mesa estiveram, ainda, temas como os critérios de elegibilidade dos beneficiários, questões relacionadas com a apresentação dos pedidos de apoio e a execução das operações.





Associação firma protocolo com Governo Regional

A GRATER, associação de desenvolvimento regional que representa os territórios da Graciosa e da Terceira, foi um dos Grupos de Ação Local que no dia sete de janeiro firmou o protocolo de delegação de competências com a autoridade de gestão do PRORURAL+, a Direção Regional do Desenvolvimento Rural.

O protocolo de articulação funcional, recorde-se, pretende instituir uma relação de cooperação entre o Governo Regional e os Grupos de Ação Local, no sentido de assegurar a concretização de tarefas e a assunção de responsabilidades na gestão da medida 19 – apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária da abordagem LEADER, que compreende a submedida 19.2 – apoio à realização de operações no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento

promovida pelas comunidades locais, do PRO-RURAL+.

Com o protocolo em causa, e depois de ter visto a sua Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada, a GRATER compromete-se, por exemplo, a elaborar normas de procedimento internas e externas (Manual de Apoio ao Beneficiário); a elaborar um plano de divulgação; a assegurar que os beneficiários envolvidos na execução das operações são informados das obrigações resultantes do apoio concedido; a prestar aos beneficiários o apoio técnico e o esclarecimento das dúvidas relacionadas com o pedido de apoio apresentado; a assegurar a receção, análise, avaliação e decisão dos pedidos de apoio; a realizar as ações de acompanhamento das operações; a elaborar um rela-

tório anual de execução; a assegurar a recolha dos indicadores físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução em causa; e a assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades e permita a adoção de medidas corretivas.

Na cerimónia de assinatura do protocolo, o Secretário Regional da Agricultura e do Ambiente, Luís Neto Viveiros, fez saber que todas as freguesias do arquipélago vão poder candidatar-se, no período de vigência do novo Quadro Comunitário de Apoio, aos projetos de Apoio ao Desenvolvimento Local financiados no âmbito do PRORURAL+. A possibilidade decorre da maior abrangência territorial da abordagem LEADER.



Encontra-se em vigor um período de candidaturas ao abrigo da submedida 19.2 do PRORURAL+, de 18 de Janeiro a 14 de Abril, para o território de intervenção da GRATER. A GRATER está a receber pedidos relacionados com a intervenção 6.4 - investimentos na criação e no

desenvolvimento de atividades não agrícolas; com a intervenção 7.2 - investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia; intervenção 7.4 - investimentos em serviços básicos locais; intervenção 7.5 - investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas; e intervenção 7.6 - investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental.

A informação detalhada sobre as condições de elegibilidade, assim como os guias de apoio ao preenchimento do formulário, podem ser consultados no site da GRATER, em www.grater.pt.

É, também, nesse endereço, assim como em <http://proruralmais.azores.gov.pt>, que serão divulgados os pedidos aceites.